Continuação

Josapar 100 ANOS ALIMENTANDO HISTÓRIAS

Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 433000098-82

Tio João · Biju · Nova Cliva · Super Soy · Soy+ · Supremo Insumos · Real Empreendimentos

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS				
Venda de produtos, mercadorias e serviços liquídas das devoluções	2.259.152	2.172.971	2.324.013	2.224.895
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	139	(358)	139	(358)
Outras receitas operacionais	13.411	6.355	13.689	6.730
	2.272.702	2.178.968	2.337.841	2.231.267
Insumos adquiridos de terceiros:				
Matérias-primas consumidas	(1.543.129)	(1.451.685)	(1.545.394)	(1.452.495)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(378.371)	(387.300)	(414.191)	(410.856)
	(1.921.500)	(1.838.985)	(1.959.585)	(1.863.351)
Valor adicionado bruto	351.202	339.983	378.256	367.916
Depreciação e amortização	(13.336)	(14.418)	(13.861)	(14.900)
Valor adicionado liquido produzido pela entidade:	337.866	325.565	364.395	353.016
Valor adicionado recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	8.164	8.106	-	-
Receitas financeiras	120.963	115.358	135.201	129.409
	129.127	123.464	135.201	129.409
Valor adicionado total a distribuir	466.993	449.029	499.596	482.425
Distribuição do valor adicionado total:				
Pessoal e encargos	119.836	111.274	132.038	124.305
Impostos e contribuições	121.787	99.178	136.537	113.159
Juros e aluguéis	201.527	234.904	201.816	235.135
Dividendos propostos	6.709	4.590	6.709	4.590
Reserva de Lucros	16.831	11.515	16.831	11.515
Participação dos acionistas não controladores	-	-	5.362	6.153
Outros	303	(12.432)	303	(12.432)
	466.993	449.029	499.596	482.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	23.540	16.105	28.902	22.258
Outros resultados abrangentes	2.277	4.450	2.277	4.450
Total do resultado abrangente do exercício	25.817	20.555	31.179	26.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 21 de março de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS),* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas informações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A – (direta) vide nota 10.
- Josapar Internacional – (direta) vide nota 10.
- Copérnico Participações S/A – (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda. – (indireta)
- Real Rio Grande Empreendimentos Ltda. – (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A – (indireta)
- Pelotense Administradora de Shopping Centers Ltda. – (indireta)

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para perdas de crédito esperadas, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

d) Eventos Climáticos em maio de 2024 no Rio Grande do Sul

Os eventos climáticos que atingiram o estado do Rio Grande do Sul durante o mês de maio de 2024 resultaram em uma das maiores tragédias ambientais do estado. No que tange aos efeitos sofridos como um todo, pode-se registrar impactos sociais, econômicos e operacionais tanto diretos nas unidades e atividades, como indiretos na cadeia de atividades desenvolvidas pela companhia.

A Josapar teve a unidade própria de fertilizantes, localizada às margens do Arroio Pelotas, na cidade de Pelotas-RS, atingida pela inundação decorrente da cheia do Canal São Gonçalo. Tal planta, em que pese tenha passado os primeiros dias do mês de maio em atividade de contingência para aumento de proteção, remoção de produtos e mitigação de prejuízos, passou o restante daquele mês integralmente submersa e fora de operação.

O clima severo de abril e maio de 2024 também provocou a queda no recebimento de arroz verde para secagem e armazenagem, impactando em menor receita na prestação de serviços de secagem de grãos.

Houve também a quebra da safra dos produtores e fornecedores locais de matéria prima, e essa frustração parcial de áreas fez com que parcela das operações de financiamento aos produtores rurais e de venda de fertilizantes junto aos fornecedores de arroz (operações de CPR – Cédula de Produtor Rural) não tenham sido integralmente quitadas nas respectivas datas de vencimento, trazendo repactuações para safras vindouras, onerando a necessidade de capital de giro operacional da companhia.

Outro ponto registrado nas operações foi o pontual aumento de custo logístico, por conta de bloqueios em rodovias, como a BR 116 e BR 392, que escoam a distribuição de nossos produtos para as regiões Sul e Sudeste. A companhia buscou caminhões do Paraná, São Paulo e Argentina para atender a demanda direcionada para a Unidade de Itaqui, enquanto a unidade vila princesa seguiu atendendo norte e nordeste por cabotagem via porto de rio grande.

Em contrapartida a todos esses impactos, afora indenizações securitárias de danos diretos na unidade de fertilizantes, registramos, como antecipado pelo Comunicado ao Mercado do dia 18 de novembro de 2024, a celebração de contratos de financiamento com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na modalidade de capital de giro, no valor de R$ 41.518, pelo prazo de 5 anos com 12 meses de carência, e na modalidade de investimento, no valor de R$ 152.950, pelo prazo de 10 anos com 24 meses de carência. Tal investimento tem como objetivo a transferência da unidade de fertilizantes da cidade de Pelotas-RS para a cidade de Rio Grande-RS.

A empresa revisou suas estimativas de recuperabilidade dos seus ativos imobilizados e não há expectativa de ocorrência de valores futuros de perdas a serem registrados em decorrência dos eventos climáticos ocorridos em maio de 2024 no Rio Grande do Sul.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 estão descritas a seguir:

a) Alteração da norma IAS 21 – Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

b) Emissão da emenda OCPC 10 – A Resolução CVM nº 2223 torna obrigatório para as companhias de capital abertas a orientação do OCPC 10, que direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (Tco2E), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiros, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23. Esta resolução é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2025. Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma.

c) Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

d) Melhorias anuais nas normas IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

e) Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma.

f) Emissão da norma IFRS 19 – Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas de contratos com clientes provenientes da venda de produtos são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle sobre os produtos e serviços ao cliente bem como dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e Passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa n° 6, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 68 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado e intangível

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta. A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica. A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela resolução CVM 002/2020.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas informações separadas (conforme deliberação CVM n° 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

j) Arrendamento

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início. A Companhia mensurou seu passivo de arrendamento à melhor taxa estimada pela administração, taxa esta que reflete a taxa média incremental sobre seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

5. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 68 dias e a perda reconhecida foi de 0,02% sobre o faturamento no período.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a resolução CVM 002/2020 a Companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 4 sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia, em reais.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Ativos:		
Matéria-Prima Fertilizantes	82.688	67.666
Contas a receber de clientes	45.603	30.748
	128.291	98.414
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos	(93.126)	(44.710)
	(93.126)	(44.710)
Exposição passiva líquida	35.165	53.704

Em linha com a estratégia de hedge e proteção das margens operacionais frente às oscilações da taxa de câmbio a Companhia informa que realizaram no exercício diversas operações de câmbio futuro, travando taxas de pedidos de venda em carteira com a aquisição das respectivas matérias-primas.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela lei 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante o risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2024 em R$:

			Cenários		
Risco: alta do CDI	CDI dez24: 12,25%	a.a.	Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato		12,25%	manutenção 12,25% CDI a.a.	> 25% 15,31% CDI a.a.	> 50% 18,38% CDI a.a.
Data base	Valor	Spread Index	Vencimento		
31/12/2024	R$ 199.032	diversos CDI	diversos R$ 261.189	R$ 278.175	R$ 296.705
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato			R$ -	R$ 16.986	R$ 35.516

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a resolução CVM 002/2020.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Clientes mercado interno	357.875	381.082	385.435	399.810
Clientes mercado externo	45.603	30.748	45.603	30.748
Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.414)	(1.553)	(9.187)	(9.326)
Total	402.064	410.277	421.851	421.232

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Produtos acabados e semielaborados	114.512	143.436	114.512	143.436
Mercadorias para revenda	4.129	6.837	4.129	6.837
Matérias - primas	98.440	135.418	98.440	135.418
Outros	16.301	23.188	16.301	23.188
Imóveis	-	-	58.956	57.168
Total	233.382	308.879	292.338	366.047

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de arroz	139.279	130.065
Fornecedores diversos	2.988	2.484
Total	142.267	132.549

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
ATIVO CIRCULANTE	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
PIS e COFINS (a)	37.992	54.010	37.992	54.010
IRPJ/CSLL	14.618	17.792	14.857	18.016
ICMS a recuperar	14.759	11.471	14.759	11.471
Total	67.369	83.273	67.608	83.497
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
PIS E COFINS (b)	30.489	46.917	30.489	46.917
Outros créditos	661	735	661	735
Total	32.725	49.227	32.725	49.227

(a) Os créditos de PIS e COFINS no ativo circulante são oriundos de compras no mercado interno, os quais estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

(b) Os créditos de PIS E COFINS no ativo não circulante referem-se ao ganho com processo transitado em julgado para exclusão de ICMS da base de cálculo PIS e da COFINS, os quais estão sendo utilizados nas compensações de tributos federais.

Os demais créditos no ativo circulante e não circulante referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, e saldo de declaração e outros créditos usuais da operação.

A administração da Companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da Companhia.

10. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S. A	210.926	62,1748	430.838	49.500	13.526	8.106
Josapar Internacional	50	100	381	310	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2023	246.967	298	490	247.755	321.772	4.253	326.025
Reflexos ajustes em controladas	394	83	-	477	-	-	-
Equivalência Patrimonial	8.164	-	-	8.164	-	-	-
Compra de ações	22.954	-	-	22.954	-	-	-
Dividendos a receber	(10.605)	-	-	(10.605)	-	-	-
Propriedades para Investimentos	-	-	-	-	(4.395)	-	(4.395)
Em 31 de dezembro de 2024	267.874	381	490	268.745	317.377	4.253	321.630

Continua